

NEOLIBERALISMO, POLÍTICA EXTERNA E A CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL

Guilherme Augusto Guimarães Ferreira¹

RESUMO: Entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a América do Sul foi palco de uma sistemática implantação de políticas neoliberais, impostas pelas instituições de *Bretton Woods*. Como alternativa para uma melhor inserção nos mercados internacionais, por meio da liberalização econômica multilateral, Brasil e Argentina lideraram um movimento de aproximação que culminou na criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991. Assim, diante da necessidade de melhor compreender o processo de construção do bloco econômico sul-americano, esse trabalho tem por objetivo apresentar reflexões quanto ao que foi o neoliberalismo na América do Sul, como esse se materializou na Política Externa dos países da região e, conseqüentemente, definiu e caracterizou o Mercosul.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Política Externa. América do Sul. Mercosul.

ABSTRACT: Between the late 1980s and early 1990s, South America was the scene of a systematic implementation of neoliberal politics imposed by the Bretton Woods institutions. As an alternative for a better integration into international markets through multilateral economic liberalization, Brazil and Argentina led an approaching movement that culminated in the Southern Common Market (Mercosur) in 1991. Thus, given the need to understand the construction of the South American trade bloc, this work aims to present some thoughts and remarks of what was neoliberalism in South America, how this materialized in foreign policy of the countries in the region and defined and characterized Mercosur.

Keywords: Neoliberalism. Foreign Policy. South America. Mercosur.

1 INTRODUÇÃO

Como podemos observar, a maioria das disposições contidas no Tratado de Assunção versa sobre questões econômicas, principalmente as referentes à liberalização comercial, ou seja, a ênfase do processo de integração regional está sobre os assuntos econômicos definitivamente em uma ótica “neoliberal”. (OLIVEIRA, 2003, p.71).

A América do Sul é palco, entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, de uma sistemática implantação de políticas neoliberais que vão, inevitavelmente, moldar o projeto de integração mercosulino. Dessa forma, é essencial o entendimento do que foi o neoliberalismo e de como este se materializou na Política Externa dos países sul-americanos para que se possa compreender a construção do Mercosul.

2 O NEOLIBERALISMO

A origem do pensamento neoliberal remota ao período situado no imediato pós II Grande Guerra. Sua origem teórica se dá com o trabalho de Friedrich Hayek, *O Caminho da Servidão*, de 1944. Foi uma reação teórica e política contras as políticas keynesianas², bases do Estado de bem-estar³ construído na Europa nesse período. Como acusa Perry Anderson:

¹ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca, e-mail: ferreira_440@hotmail.com, Graduando em Relações Internacionais. Pesquisador do Núcleo de estudos em Políticas Públicas – NEPPS.

² As políticas Keynesianas remetem ao modelo econômico teorizado por John Maynard Keynes. De maneira geral, caracterizam-se pela intervenção econômica do Estado no funcionamento da economia.

³ O Estado de bem-estar ou *welfare state*, foi o modelo político-econômico implantado no pós II Grande Guerra na Europa, responsável pelo apogeu do capitalismo nos anos 50 e 60. Baseados nas premissas Keynesianas, garantia serviços públicos e proteção social à população. Ver: ARRETCHE,

Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSEN, 2010, p.9).

Para Hayek, o socialismo e todos os demais modelos coletivistas de organização política, baseados no planejamento econômico, acabavam por suplantar as liberdades individuais. Resgatando Tocqueville, o autor afirma que o socialismo e a democracia estão em constante conflito e, portanto, o desfecho necessário da sua implantação eram os regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo o foram na Alemanha e na Itália, respectivamente. Assim, era preciso limitar as áreas de atuação do Estado para garantir que a liberdade individual não fosse violada. Nas palavras do próprio Hayek:

O Estado deve restringir-se a estabelecer regras que se apliquem a princípios gerais, e deve dar aos indivíduos liberdade em tudo o que dependa de circunstâncias de tempo e lugar, pois só os indivíduos implicados em cada instante podem conhecer na plenitude estas circunstâncias e adaptar a elas as suas ações. (HAYEK, 2009, p. 106).

A tese de Hayek, que vai embasar todo o movimento político intitulado neoliberalismo, é de que ao nos submetemos às políticas de planejamento econômico estaríamos subjugando nossa vontade individual à de outrem, num caminho que levaria, necessariamente, ao totalitarismo e à servidão. Logo, era imprescindível que a vontade individual fosse submetida às forças impessoais do mercado, pois somente essa assegura o desenvolvimento e a prosperidade da humanidade sem comprometer a liberdade individual. O autor afirma que:

Foi a submissão dos homens às forças impessoais do mercado que, no passado, possibilitou o crescimento de uma civilização que sem isso não se teria desenvolvido; através desta submissão que todos os dias ajudamos a construir algo maior do que aquilo que qualquer um de nós poderia compreender. (HAYEK, 2009, p. 244)

E como reafirma Perry Anderson:

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. (ANDERSON, 1998, p.10)

A crise do capitalismo de 1973, marcada por altas taxas de inflação e crescimento irrisório, deu espaço para que reações políticas opostas à Estado de bem-estar social surgissem na Europa. Essas se materializaram na eleição de governos comprometidos com os ideários neoliberais, tanto com Thatcher, no Reino Unido e com Reagan, nos EUA, quanto com Kohl e Schluter, na Alemanha e Dinamarca, respectivamente.

Thatcher, em seu governo, foi a que implementou as políticas neoliberais de maneira mais pura. Contraiu a emissão monetária, elevou as taxas de juros, reduziu os impostos sobre os altos rendimentos, aboliu os controles do mercado financeiro, criou índices de desemprego massivos, cortou gastos sociais e iniciou um amplo programa de privatizações. Em resumo, foi o governo que, de maneira mais sistemática e ambiciosa, implantou as medidas neoliberais. (ANDERSON, 1998).

O modelo nos Estados Unidos, sob liderança de Reagan, operou de maneira distinta, com prioridade para a competição com o regime soviético. Assim, foi implantada uma política econômica

Marta. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State:** Teorias Explicativas. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 39, p. 3-40, 1995.

neoliberal, mas ao mesmo tempo, os gastos militares do governo foram ampliados, devido à corrida armamentista, criando o maior déficit público da história dos EUA.

No nível mundial, as medidas neoliberais detiveram a inflação originada na crise da década de 70 e aumentaram as taxas de lucro nas indústrias da então Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Entretanto, tiveram como consequências a derrota do movimento sindical e o crescimento do desemprego, entendido como mecanismo natural e necessário para economias de mercado eficientes.

Em linhas gerais, contudo, o projeto neoliberal falhou. Não conseguiu resgatar as taxas de crescimento da década anterior à crise, pois a desregulação financeira levou o capital para a especulação, diminuindo os investimentos produtivos; e as altas taxas de desemprego redirecionaram os gastos retirados dos programas do *welfare-state* para os gastos ligados ao desemprego e à aposentadoria.

Mesmo diante desse quadro, na década de 80, com Pinochet, Menem, Perez e Fujimori nos governos de Chile, Argentina, Venezuela e Peru, respectivamente, a América do Sul sofre uma ofensiva pela reestruturação neoliberal do capitalismo.

Os anos 1980 na região foram marcados pelo agravamento das dívidas internacionais ocasionadas pelos governos nacionais-desenvolvimentistas ⁴da década anterior. Nesse cenário, os governos recorreram ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que, em troca de financiamentos exigiam políticas, ancoradas no Consenso de Washington⁵, que garantissem o controle das contas públicas e a abertura das economias aos mercados internacionais. Assim, compreender o Neoliberalismo na América latina é entendê-lo como um processo de reformas liberalizantes e de abertura econômica, impulsionado por organizações internacionais. (HONÓRIO, 2007)

Embora esse processo de “retorno à ortodoxia” (SOARES, 2009) não tenha sido homogêneo, variando em sua temporalidade e intensidade, eles apresentam elementos comuns, como destaca Soares:

Numerosos países da região trataram de introduzir maiores elementos de ortodoxia em suas políticas econômicas, mas o fizeram com distintos graus de intensidade. No entanto, quase todas elas colocaram como objetivos comuns os seguintes: a) aumentar o grau de abertura da economia para o exterior, a fim de lograr um maior grau de competitividade de suas atividades produtivas; b) racionalizar a participação do Estado na economia, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; c) estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas. (SOARES, 2009, p.24.)

Essas medidas liberalizantes, somadas à estrutura econômica deficiente e fragmentada da região, marcada pela industrialização tardia, pelo subdesenvolvimento e pela inserção periférica no sistema internacional, acarretaram no processo de ampliação da concentração de renda e das desigualdades sociais e, ainda, no surgimento do que Borón (1998) chama de neoconservadorismo político, que seria uma expressão do neoliberalismo econômico. O autor ainda coloca que um dos efeitos mais perversos do neoliberalismo na América Latina foi o enfraquecimento do Estado, que se submeteu cada vez mais aos interesses da elite, e a ampla aceitação de um discurso que vinculou toda e qualquer atividade estatal à ineficiência e corrupção. (BORÓN, 1998).

Diante disso, Perry Anderson conclui que:

⁴ Segundo Honório (2007), o modelo de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista foi elaborado, principalmente por pensadores da Cepal (Comissão econômica para a América Latina), criada em 1948 pela ONU. Esse modelo defendia que a causa do subdesenvolvimento da América latina era a falta de planejamento na construção de uma economia voltada para o crescimento econômico, via desenvolvimento industrial.

⁵ Conceito utilizado para sintetizar as políticas liberalizantes propostas pelas Instituições *de Bretton Woods*. Em síntese, a proposta é a de que o desenvolvimento seria alcançado por meio de privatizações, controle das contas públicas, desregulamentação e abertura da economia aos mercados internacionais.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e Ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, tem de adaptar-se a suas normas. (ANDERSON, 1998, p. 23).

3 A POLÍTICA EXTERNA DE ARGENTINA E BRASIL

A política externa da América do Sul foi, consequentemente, moldada sob a égide do neoliberalismo. Na Argentina, durante o governo do Presidente Carlos Menem, a política externa concentrou esforços para resgatar a credibilidade internacional, desarmando os temores dos mercados sobre qualquer possibilidade de ruptura na ordem econômica.

No plano interno, Menem congelou os salários, pôs fim às políticas de subsídios, deu prioridade para o equilíbrio das contas públicas e operou a privatização da petroleira YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*), da ENTEL (Empresa Nacional de Telecomunicações) e da Aerolíneas Argentinas. No plano externo, com o economista Domingo Carvalho à frente do Ministério das Relações Exteriores, tendo como objetivo a superação da crise econômica, a Argentina construiu uma agenda positiva com os Estados Unidos, renegociando a dívida com o FMI e reestabelecendo as relações com o Reino Unido. Conforme destaca Ayerbe:

No plano simbólico, o estreitamento de relações entre os dois países [EUA e Argentina] encontra no comentário proferido, um dia antes da visita de Bush, pelo embaixador argentino nos Estados Unidos e futuro ministro das Relações exteriores, Guido Di Tella, um significado sugestivo: “Queremos manter boas relações, relações carnis”. (AYERBE, 1998 p.104).

Quanto às relações com a América Latina, a Argentina questionou publicamente o regime socialista cubano de Fidel Castro. Com relação ao Brasil, houve uma aproximação que culminou na criação do Mercosul em 1991, mas com claro intuito de aproxima-lo com o governo estadunidense. Pontua Ayerbe que:

Neste último aspecto, para o governo Menem, o Mercosul não representa uma alternativa a outras propostas de regionalização, ele é mais um passo na configuração de um Mercado Único das Américas, fator que o leva a uma insistência sistemática junto ao governo norte-americano para integrar o Nafta. (AYERBE, 1998 p.119).

No Brasil, as políticas liberalizantes tem início no governo Sarney, em 1985. As políticas econômicas desse período operaram, ainda que de maneira tímida, o início da abertura econômica brasileira, aumentaram a vulnerabilidade e a exposição do país às pressões dos países industrializados (HONÓRIO, 2007).

Nos anos 1990, início do governo do Presidente Fernando Collor, com Francisco Rezek à frente o Ministério das Relações Exteriores (MRE), foram implementadas políticas ultraliberais, mais sistemáticas e ortodoxas que nos países centrais. O MRE afastou-se das práticas diplomáticas multilaterais e alinhou-se, quase que exclusivamente, aos EUA. Vizentine argumenta que:

Esse período é notadamente marcado por um processo de liberalização da economia brasileira, de retomada das relações subordinadas com os Estados Unidos e de abertura às proposições do Fundo Monetário Internacional. (VIZENTINI, 2008 p.81).

Em 1992, após impeachment do Presidente Collor, Itamar Franco assume a presidência da república. Seja com Fernando Henrique Cardoso à frente do MRE ou, a partir de 1993, com Celso Amorim, o objetivo da política externa brasileira era de integração ao sistema internacional de forma democrática, a partir da revalorização da presença brasileira nos foros multilaterais. Em relação à América do Sul, defendeu-se a integração no continente, com destaque à dimensão estratégica dada ao Mercosul. (VIZENTINI, 2008).

Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu a presidência em 1995, eleito sob o sucesso que o Plano de Controle do Déficit Público e o Plano Real alcançaram quando estava à frente do Ministério da Fazenda no Governo de Itamar Franco, retomou o projeto neoliberal do governo Collor.

A política do governo passou a basear-se, então, no que Amado Cervo chama de Estado Normal⁶. Foram implementadas políticas de rigidez fiscal, contração de salários, retiradas dos investimentos estatais e privatizações das empresas públicas. Nas palavras de Amado Cervo:

Houve, portanto, também no Brasil, adoção acríticas e ideológica do neoliberalismo, que erigiu o Estado Normal latino-americano, reproduzindo no país, embora em menor escala, efeitos negativos que se generalizaram na região: aumento da transferência de renda ao exterior, inadimplência, repetidas corridas ao FMI, conversão do comércio exterior de instrumento estratégico de desenvolvimento em variável da estabilidade monetária, regressão do processo de desenvolvimento para dentro, aumento da desigualdade social, desemprego, desnacionalização e desindustrialização. E perda de poder de negociação de uma diplomacia atrofiada. As consequências do liberalismo sobre as economias emergentes foram resumidas por Rubens Ricúpero, secretário geral da X UNCTAD, realizada em Bangcoc em fevereiro de 2000: instabilidade estrutural, vulnerabilidade econômica, crescimento da pobreza, marginalização e insegurança. (CERVO, 2010 p.464)

4 A CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL

As motivações históricas de um projeto integracionista na América do Sul são remotas, podendo fazer referências ao projeto bolivariano do século XIX. (OLIVEIRA, 2003). No entanto, foi no final dos anos 1970 que Brasil e Argentina, motivados pela lógica neoliberal e impulsionados pela globalização financeira e reestruturação produtiva, marcas do período, iniciaram um movimento de aproximação.

Embora seja o Tratado Itaipu-Corpos, de 1979 o marco fundamental dessa aproximação, é a partir da Aladi (1980) e seu mecanismo de incentivo à criação de uma zona de livre comércio por meio de arranjos bilaterais que se estreitaram as relações entre Brasil e Argentina. Produto disso, temos a Declaração de Iguaçu, em 1985, e o Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice), de 1986. Acordos esses entendidos como resposta às demandas ligadas à interdependência e como meio para a reinserção dos países no Sistema Internacional. Conforme Oliveira:

Em suma, todas essas iniciativas supunham a formulação de uma alternativa de desenvolvimento conjunto, por meio de um amplo programa de integração econômica entre os dois países na perspectiva do fortalecimento das economias nacionais, por meio

⁶ Amado Cervo (2010) identifica três linhas na política externa brasileira: O Estado Desenvolvimentista, o Estado Normal e o Estado Logístico. O Estado Desenvolvimentista é o estado empresário, que leva ao desenvolvimento mediante a superação das dependências econômicas estruturais. O Estado Normal submete-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo, dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional, transfere renda ao exterior e reserva para a nação as funções da infância social. Já o Estado logístico é aquele em que prevalece uma inserção madura no mundo globalizado, por meio do fortalecimento da economia nacional.

da ampliação do mercado interno e da possível associação entre empresas dos dois países, elevando assim suas capacidades de produzir em escalas maiores, o que num segundo momento facilitaria a abertura comercial ao mundo externo e para a competitividades global, preservando ainda uma certa fronteira regional em relação ao espaço econômico mundial. (OLIVEIRA, 2003 p.62).

Nessa lógica, motivados pela experiência europeia, em 26 de março de 1991, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O Mercosul surge, não como produto de um ideal integracionista, mas fruto de uma necessidade histórica (OLIVEIRA, 2003), com o objetivo claro de ser uma etapa intermediária na busca de uma melhor inserção nos mercados internacionais, por meio da liberalização econômica multilateral. Foi construído sob três aspectos: O Multilateralismo, o consenso e o primado do gradualismo (VAZ, 2002).

O Multilateralismo facilitou a manutenção do conjunto de iniciativas deslanchadas por Brasil e Argentina nos acordos bilaterais anteriores e que configuraram núcleo principal do Mercosul, consagrou a democracia como valor e facilitou a operacionalização do processo decisório.

A regra da decisão por consenso, para além da característica intergovernamental que acarretou ao bloco, assegurou a garantia dos interesses essenciais dos países-membros, conferiu legitimidade e credibilidade às decisões e operou, em teoria, como elemento nivelador das assimetrias de poder entre os membros. Alcides Costa Vaz evidencia que:

No entanto, a prevalência do consenso, como critério básico para a tomada de decisões no âmbito do bloco, não suplantou a realidade das assimetrias de poder e não implicou, por conseguinte, nenhuma forma de diluição ou limitação da capacidade dos sócios maiores de conduzirem o processo de integração no sentido e nos termos por eles acordados.

O consenso implicava, teoricamente, que qualquer das partes, independentemente de seu peso no bloco, usufruiria de poder de veto. A questão que se coloca, no entanto, diz respeito não à possibilidade de exercê-lo e de sua extensão aos quatro países indistintamente, mas sim à capacidade real para fazê-lo, que não se desvincula da avaliação dos custos que a dissensão representaria. (VAZ, 2002 p.141).

Já o primado do gradualismo operou como estrutura condicionante e impulsionadora. Somado às metas estabelecidas para a consolidação do Mercado Comum, orientou e direcionou as discussões e restringiu a capacidade dos negociadores de modificar a agenda e/ou alterar o ritmo das negociações. (VAZ, 2002).

O Tratado de Assunção, embora assinado em 1991, estabeleceu que o Mercado Comum entrasse em funcionamento a partir de 31 de Dezembro de 1994, sendo o período entre essas datas destinado às negociações e adequações necessárias. Até meados de 1992, as atividades do Mercosul se restringiram à agenda técnica, com foco à harmonização de regimes, práticas, normas e instrumentos de política comercial.

A partir de 1992, com a II Reunião do Grupo Mercado Comum, em Las Leñas, as discussões passaram a tratar da construção do regime de livre comércio não tarifário, das relações externas do Mercosul (com destaque ao posicionamento nas rodadas do GATT e nas relações com EUA e a então Comunidade Econômica Europeia), da definição das Tarifas Externas Comuns (TEC) e das disciplinas relativas à união aduaneira. Surgiram, durante as negociações, as principais controvérsias quanto às questões comerciais, principalmente no tocante ao regime de origem, às restrições não tarifárias, à cláusula de salvaguarda intra-mercado e à defesa da concorrência, consequências dos diferentes entendimentos quanto ao objetivo do Mercado Comum. Vaz mostra que:

Observa-se, nessa fase, que os comportamentos do Brasil e da Argentina, no contexto negociador do Mercosul, passaram a ser orientados, segundo cada país, por considerações díspares. Ante as dificuldades e resistências surgidas, o Brasil procurava salvaguardar o

sentido estratégico que conferia ao Mercosul como mecanismo de reforço e consolidação de sua abertura econômica e como principal plataforma de sua inserção externa, orientando seus posicionamentos para a formação de uma união aduaneira, ao passo que a Argentina se orientava pelo interesse imediato de resguardar a liberdade no manejo de instrumentos de política comercial para preservar a essência de seu plano de estabilidade econômica, baseado na convertibilidade do peso ao dólar, com os objetivos de reduzir o déficit de sua balança comercial e de atenuar, para setores internos, os impactos da abertura em geral e de que se vinha produzindo em razão do Mercosul. (VAZ, 2002 p. 208).

O período de adequação encontra seu fim na assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 1994. Para além das questões mencionadas acima, contempla a nova estrutura institucional do Mercosul que, entre o projeto puramente intergovernamental defendido por Brasil e Argentina e o misto (Intergovernamental + Supranacional) defendido pelo Uruguai e timidamente apoiado pelo Paraguai, passa a contar com: O Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC), a Comissão de Comércio Exterior (CEE), a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Fórum Consultivo Econômico-Social (FCES) e a Secretaria Administrativa.

A estrutura institucional evidencia, assim, a caráter comercial do bloco, atribuindo à FCES, único espaço de discussões não comerciais, caráter consultivo. Para além, fica evidente no Artigo 1º do Tratado de Assunção, mesmo que seu preâmbulo preveja a atuação do bloco na aceleração do desenvolvimento com justiça social, a limitação das principais implicações da construção do bloco às questões relacionadas à livre circulação de mercadorias, bens e serviços e coordenação de políticas macroeconômicas que visem apenas às condições de concorrência, sem nenhum compromisso, portanto, com a promoção do desenvolvimento⁷. Oliveira aponta que:

Como podemos observar, a maioria das disposições contidas no Tratado de Assunção versa sobre questões econômicas, principalmente as referentes à liberalização comercial, ou seja, a ênfase do processo de integração regional está sobre os assuntos econômicos definitivamente em uma ótica neoliberal. (OLIVEIRA, 2003, p.71)

É, portanto, a partir do compromisso com as políticas neoliberais por parte dos governos dos países membros que o Mercosul se construiu. Apoiado numa agenda liberalizante, impulsionado pelo regionalismo aberto⁸, o bloco surge com o compromisso único de ser plataforma para a inserção autônoma na economia internacional de seus membros, sem nenhum compromisso com a consolidação de um projeto

⁷ TRATADO DE ASSUNÇÃO

Artigo 1º - Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica: A livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Disponível na íntegra em:

<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao.pdf>

⁸ Os movimentos de integração regional ocorridos nos anos 1990 tratam de processos de regionalismo aberto, quais sejam, aqueles que não têm um fim em si mesmo e operam de maneira complementar aos outros regimes de comércio internacional, diferentemente das primeiras experiências da década de 1950 que, em síntese, tinham como objetivo a promoção do protecionismo no nível regional. Ver: HERZ, Mônica e HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

integracionista que, por meio da união dos países membros, enfrentariam os desafios da nova ordem internacional. (OLIVEIRA, 2003).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (organizadores). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- AYERBE, L. F. As transformações na economia e na política externa durante o governo Menem. In: AYERBE, L. F. **Neoliberalismo e Política Externa na América latina: Uma análise a partir da experiência argentina recente**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BARROS, S. R. A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos quatro anos. In: **Revista brasileira de política internacional**. P.18-27. Ano 41. N.2. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.
- BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E. e GENTILI, P. (organizadores). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- CERVO, A. L. Adaptação à ordem global nos anos 1990. In: CERVO, A. L. e BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- HAYEK, F. A. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- HONÓRIO, K. S. **Inserção internacional nos anos 90: ideias e valores neoliberais na política externa do primeiro governo FHC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, UNESP, 2007.
- LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. In: **Revista brasileira de política internacional**. P.5-17. Ano 41. N.2. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.
- MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Assunção, 1991.
- _____. **Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul**. Ouro Preto, 1994.
- OLIVEIRA, F. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, E. e GENTILI, P. (organizadores). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- OLIVEIRA, M. F. **Mercosul: atores políticos e grupos de interesses brasileiros**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- SADER, E. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: SADER, E. e GENTILI, P. (organizadores). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SOARES, L. T. **Os custos do Ajuste Neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2009.
- VAZ, A. C. **Cooperação, Integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: IBRI, 2002.
- VIZENTINI, P. F. Um gigante à deriva: Globalização Neoliberal, Mercosul e abandono do Projeto Nacional (1990 – 2002). In VIZENTINI, P. F. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.